



DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFSC – SÃO MIGUEL DO OESTE

AT 2: Juventude, currículo integrado e potencialidades formativas

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

DEPE/SMO. Pedagoga. E-mail: jacinta.marcom@ifsc.edu.br

Juliano Daniel Boscatto

DEPE/ SMO. Docente – Educação Física. E-mail: juliano.boscatto@ifsc.edu.br

Diego Nones Bissigo

DEPE/ SMO. Docente – História. E-mail: diego.bissigo@ifsc.edu.br

Tahis Regina Baú

DEPE/SMO. Docente – Alimentos. E-mail: tahis.bau@ifsc.edu.br

Diogo Bellé

DEPE/SMO. Docente – Eletromecânica. E-mail: diogo.belle@ifsc.edu.br

Resumo expandido:

Nas últimas décadas a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio ganhou ênfase em discussões no campo da educação. A concepção trazida pelas referências legais demonstra que o currículo integrado pressupõe que “a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa [...]” (BRASIL, 2013). Contudo, percebe-se que ainda são poucos os avanços quanto à ressignificação das diretrizes curriculares presentes na prática pedagógica. Nessa linha, o presente relato de experiência tem por objetivo apresentar elementos que podem nortear a construção de Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos

integrados ao Ensino Médio do IFSC – câmpus São Miguel do Oeste. A metodologia utilizada embasa-se no diálogo de um grupo de servidores que, percebendo a problemática exposta e a necessidade de discutir a permanência e êxito dos estudantes do ensino médio, fez uma pesquisa diagnóstica em 2019 para buscar junto à comunidade acadêmica subsídios norteadores a fim de propor diretrizes capazes de superar o modelo de ensino que vinha sendo desenvolvido. Em 2021, foi composto outro grupo de trabalho formado por gestores, representantes da coordenação pedagógica, registro acadêmico, docentes da formação geral e técnica, que deu continuidade às discussões, tencionando-as com os referenciais teórico-legais que norteiam o currículo do Ensino Médio Integrado, enfatizando a concepção teórico-legal, a incorporação de elementos como unidades curriculares integradoras do conhecimento e optativas, carga horária de ensino a distância (EAD) e projetos integradores, entre outros. O referido grupo de trabalho chegou a encaminhamentos preliminares, dos quais apresentamos os seguintes: 1) os cursos serão organizados dando ênfase ao diálogo entre as três áreas: Formação Geral, Formação Técnica e Núcleo politécnico comum. Essas três áreas terão como princípios educativos o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia para o desenvolvimento do ensino; 2) a pesquisa se constitui um princípio pedagógico; 3) revisão dos projetos integradores, considerando que poderão ser desenvolvidos com base na resolução de uma problemática realizados com base na pesquisa ou intervenções extensionistas; 4) criação de unidades curriculares integrativas ligadas a temas transversais e distribuídas ao longo do curso; 4) oferecimento de unidades curriculares eletivas, que permitam o aprofundamento de conhecimentos em áreas de afinidade do estudante; 5) inclusão da participação em projetos e ações de ensino, pesquisa, extensão na carga horária “formal” do curso. Salienta-se que essa proposta é apenas o “iceberg” de uma preocupação intermitente cuja percepção traz a lume os principais objetivos da educação para a vida das pessoas, na era contemporânea, onde ensinar é mais que dar aula. Conforme Freire (2003, p.47) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção”, ou seja, os atos de ensinar e aprender pressupõe a necessidade de um currículo cuja relação seja dialógica, conforme destaca Ramos (2011, p. 780) “na integração que sustenta a concepção de ensino médio integrado não se prevê somente a relação entre situações e conteúdos de ensino, mas os próprios conhecimentos são tratados como um sistema de relações.” Nada mais que um grande desafio.

Palavras-chave: Ensino médio integrado; Educação profissional; Formação integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica.** Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RAMOS, M. **O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades:** concepções, propostas e problemas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011.